
CONSIDERAÇÕES SOBRE A PROPOSTA EDUCATIVA DE PREVENÇÃO DA AIDS EM LOCAIS DE TRABALHO DA COORDENAÇÃO NACIONAL DE DST/AIDS (CN-DST/AIDS) DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

*Luís Marcelo Alves Ramos
Maria Helena Salgado Bagnato*

Resumo: O artigo aborda a proposta educativa para a prevenção da AIDS em locais de trabalho editada em 1998 pela Coordenação Nacional de DST/AIDS / Ministério da Saúde. Num primeiro momento, traz a descrição sintética das principais idéias contidas no documento. Em seguida, apresenta as considerações dos autores a essa proposta a partir de análises críticas.

Palavras-chave

Prevenção da AIDS; AIDS e trabalho; Educação em Saúde; Educação, saúde e trabalho; Avaliação.

Abstract: The article describes the educational approach to AIDS prevention in the workplaces edited in 1998 by the “National Coordination of Sexually Transmissible Diseases / AIDS” of the Ministry of Health, Brazil. Initially, it brings the synthetic description of the main ideas contained in the document. Then, it presents the author’s considerations to this approach by critical analysis.

Key words

AIDS prevention; AIDS and work; Health Education; Education, health and work; Evaluation

INTRODUÇÃO

Este artigo traz elementos da Dissertação de Mestrado intitulada “*Atividades de Educação em Saúde para prevenção da AIDS no local de trabalho: análise crítica de um estudo de caso*” (Alves Ramos, 2002), defendida em março de 2002, na Faculdade de Educação da UNICAMP, pelo Prof. Ms. Luís Marcelo Alves Ramos, sob orientação da Prof^a Dr^a Maria Helena Salgado Bagnato, coordenadora do PRAESA - Laboratório de Estudos e Pesquisas em Práticas de Educação e Saúde / FE-UNICAMP.

Nele, num primeiro momento, descrevemos sinteticamente as principais idéias da proposta educativa oficial do governo federal para a prevenção da AIDS em locais de trabalho contida no “*Manual de diretrizes técnicas para elaboração e implantação de programas de prevenção e assistência em DST/AIDS no local de trabalho*” (MS/DST-AIDS, 1998). Em seguida, apresentamos algumas considerações sobre esse “*Manual*” a partir de uma análise crítica de seu conteúdo.

A PROPOSTA EDUCATIVA DO “*MANUAL*”

Considerando a AIDS como um fenômeno complexo que atinge toda a sociedade, os autores do “*Manual*” entendem que a epidemia deve ser combatida não só na esfera governamental, mas, também, em todos os âmbitos da sociedade civil. Enfatizando a função e a responsabilidade social das empresas e resgatando uma perspectiva de valorização da saúde dos trabalhadores e respeito aos direitos humanos, vêem no local de trabalho um espaço propício para o desenvolvimento de ações de prevenção e assistência no trato com a AIDS.

A produção do “*Manual*” se fundamenta em pesquisas realizadas na década de 90, por empresas públicas e privadas, um órgão governamental e uma universidade, acerca dos conhecimentos, atitudes e práticas de vários segmentos de trabalhadores em relação à questão da AIDS. Tais pesquisas indicam que entre os trabalhadores há muita desinformação sobre o tema, crenças equivocadas sobre a AIDS, preconceito às pessoas infectadas pelo HIV e algo muito preocupante: a contradição entre o conhecimento sobre as

formas de transmissão e prevenção do HIV/AIDS e as efetivas atitudes para a prevenção. As pesquisas revelam que possuir informações necessariamente não implica num real comportamento de prevenção do HIV/AIDS. Também apontam uma demanda de maiores informações sobre a epidemia por parte dos trabalhadores. Os resultados desses estudos são significativos uma vez que trazem elementos semelhantes aos apresentados por outras pesquisas em diferentes populações, entre elas uma de abrangência nacional desenvolvida pela Coordenação Nacional de DST/AIDS do Ministério da Saúde e pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) intitulada “*Comportamento sexual da população brasileira e percepção do HIV/AIDS*” (MS/CN-DST/AIDS/CEBRAP, 2000).

Com base nessas pesquisas, os autores concluem que a prevenção da AIDS no local de trabalho constitui um desafio para os profissionais da Educação. Novas abordagens e linguagens, conjugando elementos que sensibilizem os níveis cognitivos e afetivos dos trabalhadores devem ser buscadas.

Para os autores, apesar de fatores decorrentes das formas de organização do

trabalho que dificultam a constituição de programas relacionados à AIDS nas empresas, a diretoria, gerências e chefias devem ser sensibilizadas visando a institucionalização e implementação de políticas e programas abrangentes e contínuos de atenção ao HIV/AIDS, abrangendo a prevenção e a assistência aos trabalhadores e seus familiares, aliando esforços de instituições públicas, privadas e comunitárias, dentro de uma abordagem multidisciplinar e multiprofissional, considerando a participação dos trabalhadores, as peculiaridades organizacionais da empresa e a relação saúde-doença e trabalho nos seus aspectos clínicos, socioculturais, éticos e psicossociais.

Criticam o modelo de programa de prevenção pontual geralmente caracterizado apenas pela utilização de palestras e a distribuição de material informativo para cumprir a legislação governamental que obriga as empresas a manterem atividades para prevenção da AIDS no local de trabalho (a CIPAS - Campanha Interna de Prevenção à AIDS - no transcorrer da SIPAT - Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho). Em contrapartida, propõem um programa

de educação contínuo para prevenção da AIDS, que além dos aspetos de biossegurança ligados à saúde ocupacional e a transmissão de informações biomédicas básicas sobre as formas de transmissão e prevenção do HIV/AIDS, considere, também, as questões da luta contra o preconceito, a valorização da solidariedade e formas de convívio em relação aos infectados pelo HIV, as relações de gênero, bem como os direitos humanos e a legislação sobre AIDS.

Buscam adotar um modelo de Comunicação em Saúde abrangente e direcionado para a realidade sociocultural dos trabalhadores, procurando conjugar vários tipos e canais de comunicação - verbal e não-verbal (oral, escrita e audiovisual), presencial e à distância - através do uso de estratégias interpessoais (face-a-face, grupal e massiva) e intrapessoal (o diálogo do indivíduo consigo mesmo).

Também se preocupam com a questão da avaliação no/do programa de prevenção. Sustentam que a avaliação deve ser contínua, estar presente desde o planejamento do programa e abarcar as atividades enquanto “*processo*” (avaliação

durante o transcorrer do programa) e “*produto*” (avaliação no final do programa).

FAZENDO UMA INTERLOCUÇÃO COM O “*MANUAL*”

Do nosso ponto de vista, apesar dos autores do “*Manual*” terem produzido uma proposta abrangente acerca da implantação de programas de prevenção e assistência ao HIV/AIDS no local de trabalho, que contempla uma concepção ampla de saúde do trabalhador (a integração entre programas de prevenção e assistência para os trabalhadores, seus familiares e a comunidade, aliando esforços dos serviços públicos e privados de educação e saúde através de uma abordagem multidisciplinar e multiprofissional e ainda buscando superar os aspectos meramente relacionados à biossegurança / saúde ocupacional da AIDS), uma leitura e análise crítica de alguns apontamentos faz-se necessária em razão de algumas contradições e lacunas de ordem teórico-metodológicas que encontramos neste documento.

Um *primeiro* aspecto diz respeito às empresas como espaços propícios para a

implantação de programas de prevenção e assistência no trato com a AIDS (como argumentam os autores do “*Manual*”). O fato é que a realidade brasileira tem mostrado que as empresas que implementam tais programas não se constituem a maioria. As que o fazem geralmente são corporações de grande porte, muitas delas multinacionais que trazem as experiências de seus países de origem. Em outras grandes empresas e na maioria das médias e pequenas, mesmo não tendo um estudo estatístico que comprove a observação, a realidade nos mostra que pouca ou nenhuma atividade dessa natureza é realizada. Em muitas situações esses programas são vistos pelas empresas como fonte de custos desnecessários e como algo prejudicial ao sistema de produção (uma vez que a proposta oficial é desenvolver este programa junto aos trabalhadores durante a jornada de trabalho), fazendo emergir a contradição entre capital e trabalho. Nesses casos, os investimentos na saúde do trabalhador não são vistos como investimentos na própria produção, mas sim numa perspectiva restritiva de custos. É importante mencionar que, no Brasil, um grande contingente de trabalhadores convive com condições precárias de trabalho e saúde e,

embora haja leis que visem proteger os trabalhadores, na prática, os recursos utilizados pelos órgãos governamentais para que essa proteção seja realmente efetiva geralmente são escassos, precários e falhos. Portanto, um primeiro apontamento a ser feito é que poucas empresas têm sido efetivamente locais de trabalho propícios para a implantação de programas abrangentes e contínuos de prevenção e assistência à AIDS. A maioria oferece apenas um mínimo de atividades para cumprir a legislação ou nada fazem (como mostra os estudos apontados pelo “*Manual*”).

Um *segundo* ponto a ser questionado é um dos resultados da pesquisa da EDUCAIDS do DTSE/Petrobrás (Capítulo II do “*Manual*”) sobre os conhecimentos, atitudes e práticas de seus funcionários em relação à questão da AIDS. A pesquisa indica que grande parte de seus trabalhadores estão preparados para o convívio com portadores de HIV/AIDS. Estranhamos esse resultado pois, as pesquisas, sejam realizadas em locais de trabalho ou com outras amostras populacionais, ainda têm mostrado muito preconceito e estigmatização, inclusive de ordem religiosa (a idéia da AIDS como

castigo divino) para com esses indivíduos. Acreditamos que uma falha na metodologia de pesquisa centrada, de maneira inadequada, mais no discurso do que na prática dos entrevistados trouxe um elemento divergente de outras pesquisas e que, portanto, tal questão deveria ter sido melhor explorada.

O *terceiro* apontamento diz respeito à temática “Informação / Educação em Saúde” para prevenção da AIDS. Entendemos que os autores do “*Manual*” têm a intenção de propor uma forma abrangente e contínua de educação, abarcando aspectos clínicos, éticos, socioculturais, religiosos, econômicos e psicossociais da prevenção e contemplando os níveis cognitivo e afetivo dos trabalhadores e seus familiares. Porém, em vários momentos o texto contraditoriamente restringe a concepção de educação à de informação. O próprio documento explicita o ato de informar como a transmissão de informações por um sujeito *emissor* para outro *receptor*. Assim, embora o “*Manual*”, visto de forma geral, procure trazer uma concepção de educação abrangente e contínua, ele ainda apresenta, em vários momentos, a utilização das duas concepções como se fossem sinônimos,

denunciando a falta de melhor clareza e questionamento quanto aos pressupostos que embasam a cada um dos conceitos.

A questão da *participação / sensibilização e obrigatoriedade* é o *quarto* aspecto que analisamos. Os autores acreditam num programa estruturado através da participação dos trabalhadores seja nas ações de prevenção ou assistência. Também mencionam a necessidade do uso de estratégias de sensibilização para estimular essa participação. Ainda propõem a sensibilização na negociação com diretores, gerentes e chefias visando a implementação dos programas. Contudo, em dado momento apregoam a obrigatoriedade da presença dos trabalhadores nos programas de prevenção. Vemos, portanto, uma contradição na proposta dos autores: “*participação / sensibilização*” versus “*obrigatoriedade*”. Há possibilidade de sensibilizar e requerer participação numa ação impositiva ?

O *quinto* ponto analisado é a questão da *multidisciplinaridade* e *multiprofissionalidade*. Propõe-se a formação de equipes com essas características para a promoção dos programas, no entanto, acreditamos que os

conceitos e significados de *interdisciplinaridade* e *transdisciplinaridade* sejam mais adequados no campo da educação/prevenção do HIV/AIDS, pois, trazem uma concepção mais abrangente de integração entre diferentes campos e conhecimentos.

Um *sexto* tópico de análise é o fato de utilizarem os termos *treinamento*, *capacitação* e *reciclagem* para fazer referência à necessidade de constante atualização de conhecimentos por parte das equipes que constituem os programas. Acreditamos que um outro conceito é mais significativo para a questão, o de *Educação Continuada* proposto por Bagnato (1999). Entendemos que a Educação Continuada vai para além do atendimento das necessidades da instituição, ela visa também atender as necessidades e os interesses dos sujeitos envolvidos nesse processo. Nele, os sujeitos buscam se realizarem como pessoas. Assim, a Educação Continuada é uma prática social mobilizadora de várias possibilidades de saberes e ações dos profissionais e outros trabalhadores.

Por último, o *sétimo* questionamento, relaciona-se aos temas e conteúdos a serem abordados nos programas de prevenção da AIDS. O “*Manual*” procura abarcar as noções básicas para tal fim: história e conceitos sobre o HIV/AIDS, a ação do vírus no organismo, formas de transmissão e prevenção, testagem e soropositividade, convívio social, solidariedade e luta contra o preconceito e discriminação em relação aos indivíduos contaminados, o uso (e negociação do uso entre os parceiros) do preservativo, as relações de gênero, os direitos humanos e a legislação sobre a AIDS. Embora reconheçamos uma abrangência significativa desses temas e conteúdos, outros também são importantes como: a percepção sobre a vida e a morte, a responsabilidade individual e coletiva, o respeito à autonomia / decisão individual, o respeito à escolha sexual, o prazer como risco de vida, a importância da adesão ao tratamento da doença (para maior sobrevivência, melhor qualidade de vida, redução da vulnerabilidade individual e coletiva e possibilidade de se ter filhos saudáveis) as questões religiosas, as especificidades da cultura do uso de drogas e as singularidades da cultura sexual brasileira (especialmente os aspectos que

dificultam a prevenção da AIDS entre as mulheres). A complexidade da AIDS demanda uma abordagem multidimensional e multireferencial.

Relatório de Pesquisa. Brasília: MS/CN-DST/AIDS/CEBRAP, set. 2000. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/cebrap/relatorio_pesquisa_cebrap.htm>. Acesso em: 18 jan. 2001.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES RAMOS, Luís Marcelo. **Atividades de Educação em Saúde para prevenção da AIDS no local de trabalho: análise crítica de um estudo de caso.** 2002. 276 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

BAGNATO, Maria H. S. Educação Continuada na área de saúde: uma aproximação crítica. In: _____. ; COCCO, Maria I. M.; DE SORDI, Mara R. L. **Educação, Saúde e Trabalho: antigos problemas, novos contextos, outros olhares.** Campinas, São Paulo: Alínea, 1999. Cap. 6. p. 71-98.

BRASIL. Ministério da Saúde / Coordenação Nacional de DST/AIDS. **Manual de diretrizes técnicas para elaboração e implantação de programas de prevenção e assistência em DST/AIDS no local de trabalho.** Brasília: MS/CN-DST/AIDS, 1998. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/prevencao/man_diretriz/capa_indice.htm>. Acesso em: 21 jan. 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde / Coordenação Nacional de DST/AIDS / Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). **Projeto “Comportamento sexual da população brasileira e percepção do HIV/AIDS”.**

Luís Marcelo Alves Ramos

Psicólogo
Mestre em Educação pelo PRAESA –
Faculdade de Educação / UNICAMP
Docente na UNOPEC - Sumaré
e-mail: luiscelo@uol.com.br

Maria Helena Salgado Bagnato

Enfermeira
Docente e Pesquisadora pela Faculdade de
Educação/UNICAMP
Coordenadora do PRAESA - FE / UNICAMP
e-mail: mbagnato@unicamp.br

Agradecimentos à CAPES pela concessão de bolsa de estudo para a obtenção do título de Mestre em Educação a Luís Marcelo Alves Ramos.

Artigo aceito em: 13/12/2002